

A GEOGRAFIA CULTURAL E O TURISMO: REFLEXÕES E ANÁLISE

(*Cultural Geography and Tourism: Reflections and Analysis*)

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo socializar a concepção e a reflexão sobre alguns conceitos da Geografia como subsídios para a análise multidisciplinar da atividade turística, visando melhor compreender as implicações sobre o patrimônio cultural e natural sob o enfoque da sustentabilidade. Pretende-se ainda refletir sobre a dicotomia entre memória e identidade para que possam ser utilizadas pelo turismo sem que ajam conflitos entre a comunidade local e os visitantes, onde a dinâmica da paisagem, a participação dos atores sociais e qualidade do produto turístico sejam favorecidos. A metodologia empregada valeu-se de uma análise sobre pesquisas bibliográficas e em fontes eletrônicas em revistas indexadas. Como resultado, verificou-se, que a análise sobre a paisagem cultural fundamentada pelo conhecimento científico pode colaborar no planejamento e no equilíbrio entre a fantasia e a realidade da atual qualidade da oferta dos atrativos turísticos, que por vezes, frustra as expectativas prévias dos visitantes.

Palavras-chave: Geografia do Turismo; Cultura; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This paper has the main objective to socialize the conception and reflection on some concepts of Geography as subsidies for multidisciplinary analysis of tourism activity in order to better understand the implications of the cultural and natural heritage with a focus on sustainability. It is also intend to consider about the dichotomy between memory and identity such it can be used by tourism without conflicts between the local community and visitors, where the dynamics of the landscape, the participation of social actors and the quality of the tourism product are favored. The methodology drew on an analysis of literature searches and electronic sources in indexed journals. As a result, it was found that the analysis on the cultural landscape substantiated by scientific knowledge can assist in planning and the balance between the fantasy and reality of the current quality of provision of tourist attractions, which sometimes frustrates the expectations of visitors.

Keywords: Geography of Tourism; Culture; Cultural Heritage.

RESUMEN

En este artículo se ha tratado de socializar y reflexionar sobre algunos conceptos de diseño de la geografía como subsidios para el análisis multidisciplinar de la actividad turística, para comprender mejor las implicaciones del patrimonio cultural y natural, con un enfoque en la sostenibilidad. También tiene como objetivo reflexionar sobre la dicotomía entre la memoria y la identidad que se puede utilizar por un acto del turismo y sin conflictos entre la comunidad local y visitantes, donde la dinámica del paisaje, la participación de los agentes sociales y de la calidad del producto turístico se ve favorecida. La metodología se basó en un análisis de las búsquedas bibliográficas y fuentes electrónicas en revistas indexadas. Como resultado, se encontró que el análisis del paisaje cultural motivada por el conocimiento científico puede contribuir al diseño y el equilibrio entre la fantasía y la realidad de la calidad actual de provisión de lugares de interés turístico, que a veces frustra las expectativas de los visitantes anteriores.

Palabras Claves: Geografía del Turismo, Cultura, Patrimonio.

Leandro Baptista

Mestre em Geografia pela
Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG
leandro.baptista@live.com.br

Jasmine Cardozo Moreira

Doutora em Geografia pela Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC)
jasminecardozo@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cultura, tema frequentemente discutido por políticos, sociedade organizada, universidades e pesquisadores, abrange todas as camadas sociais, sendo um dos pilares centrais para a problemática da globalização. Contudo, por não tratar-se de uma idéia sacralizada, sendo assim passível de diversas interpretações, conceitos e abrangências, seu conceito desdobrou-se em diversas vertentes para melhor adaptar-se as diferentes áreas de estudo.

De uma maneira bastante ampla, pode-se entender a cultura através de Paes (2009, p. 163), onde esta “assumiu a sua interpretação mais pelo viés das relações sociais simbólicas, embora o caráter material desta esteja sempre presente”. Assim, entende-se que a preocupação com a cultura precisa transbordar aos debates da sociedade, necessitando ser analisada de forma estratégica por aqueles sujeitos que têm interesse em gerir ou estudar diferentes segmentos do Turismo, uma vez que estes espaços, na maioria dos casos, possuem comunidades ou características histórico-culturais que estão expostas a diferentes níveis de degradação, podendo variar entre a descaracterização do local, até a fragmentação das identidades construídas.

A cultura está diretamente relacionada com a Geografia, sendo um dos componentes desta ciência que vem sendo cada vez mais discutida com o advento das trocas mundiais de informação, onde os resultados destas podem ser observados através da paisagem local (SCHIER, 2003). Entendendo que, tradicionalmente a paisagem dividiu-se entre natural e cultural, estando à primeira relacionada aos elementos físicos, enquanto a segunda preocupa-se em compreender as alterações que os sujeitos implicam ao local, percebe-se que se faz necessário uma leitura interpretativa sobre a mesma.

Assim, no primeiro momento deste ensaio, realizar-se-á um esboço da evolução dos estudos acerca da paisagem cultural, elencando as transformações pela qual este conceito sofreu até o pensamento atual, sendo alimentado em seguida por uma contextualização sobre identidade e memória, pois se verifica que este retrospecto se faz necessário para um melhor entendimento sobre as implicações relacionadas à paisagem cultural, bem como a aplicação deste conceito para a estruturação de estudos em áreas de uso turístico.

Na segunda etapa, pretende-se discutir o conhecimento científico, delimitando o debate sobre teóricos que deverão fundamentar a utilização da racionalidade crítica empregada no desenvolvimento do trabalho com a cultura, por esta apresentar características singulares e frágeis, que podem ser profundamente alteradas se não planejadas.

Sem desejar esgotar o assunto, espera-se que este ensaio produza reflexões preliminares para que um aprofundamento nas questões abordadas seja posteriormente conduzido, contribuindo assim, para futuras investigações sobre o tema.

CULTURA E PAISAGEM – UMA ANÁLISE COMPLEXA E MULTIDISCIPLINAR

O conhecimento empírico presente em comunidades sejam tradicionais ou não, representam os valores atribuídos por seus membros ao longo de gerações, geralmente adquiridos através de observações, que por muitas vezes, constitui as relações de uso de seus recursos naturais, sociais, ambientais e culturais, principalmente.

Esses modos de ser e de fazer passam a ser identificáveis quando se observa que o fenômeno das relações sociais firmadas entre a comunidade compõe também sua percepção subjetiva e simbólica em relação ao sujeito e à paisagem. Esta questão é debatida sob as mais diferentes matrizes teóricas, como na Psicologia, que relaciona o imaginário social e coletivo para a construção do espaço real (MOSCOVICI, 1978), na Sociologia, que a entende como uma forma específica de conduta social com o mesmo sentido simbólico por todos os

integrantes de um grupo (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002), na Antropologia que a define como a matéria-prima estruturalista utilizada para construir modelos que formam a estrutura social (LÉVI-STRAUSS, 2003), entre outros.

Neste panorama, cabe ressaltar que o advento da globalização produziu desde o final do século XX uma grande mudança nas rotinas da população, no uso das tecnologias, no acúmulo de informações e nos hábitos culturais, tornando os sujeitos cada vez mais semelhantes pelos modos de se vestir, se alimentar, de falar, etc. (CESNIK; BELTRAME, 2005). Para Hall (1999) como efeito colateral a estes reflexos, o global também produziu uma valorização pelo âmbito local, que, gradativamente tornam-se mais escassos.

Estes fenômenos levam a indagar sobre a perspectiva cultural que grupos sociais firmaram com seu ambiente, seu entorno e suas relações com este local. Contudo, observa-se que para a Geografia, a preocupação acerca do âmbito cultural amplia-se apenas no fim do século XIX por pesquisadores europeus, quando é proposta uma sistematização desta ciência, combinando as características naturais do meio com as ações antrópicas, visando à compreensão das relações sociais formadas em determinados lugares.

Assim, entende-se a necessidade de contextualizar sob o enfoque desta ciência o conceito de paisagem e de identidade para a construção do referencial teórico que irá balizar reflexões sobre o tema visando o planejamento turístico focado na utilização do patrimônio cultural local. Portanto, adota-se neste ensaio como conceito fundante da Geografia, a paisagem cultural.

AS ORIGENS DO PENSAMENTO SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

Conforme ressaltado, o termo paisagem não foi utilizado nos primórdios do estudo da Geografia tal como é na atualidade. O conceito foi inicialmente útil para representar as formas físicas dos espaços pelos gregos, egípcios e assírios. Posteriormente, apareceu também na documentação religiosa e em representações cartográficas dos viajantes onde os aspectos físicos eram tidos como forma de descrição das características idealizadas / observadas (GOMES, 2001).

A mudança nesta linha de pensamento, aproximando o conceito de paisagem à ciência geográfica foi realizada por Humboldt, onde este percebeu que a paisagem não mais deveria ser vista como um objeto inerte e estático do ambiente natural, procurando analisá-la como um elemento do espaço ocupado pela humanidade (SCHIER, 2003). Esta idéia reflete a estrutura que seria debatida futuramente pelas escolas alemã, francesa e americana sobre a paisagem cultural, tidas como referências no estudo.

Assim, identificando que a Geografia Cultural procura compreender um determinado local através das transformações culturais que a paisagem sofreu ao longo do tempo, corrobora-se que toda ação humana que resulte em modificação da natureza para tornar o espaço melhor adaptado às suas necessidades, remontam à paisagem cultural. Esta concepção nasceu com Otto Schlüter nos primórdios da preocupação com a cultura na Geografia alemã (CLAVAL, 1978).

Ao analisar as contribuições alemãs às paisagens, percebe-se que o ponto de partida comum entre seus geógrafos era o interesse pela relação entre cultura e espaço. Autores como Otto Schlüter, August Meitzen, Karl Hettner, Eduard Hahn e Siegfried Passarge identificam na influência darwinista a justificativa para adotar a evolução de técnicas e utensílios para o domínio do meio-ambiente sob o contexto da paisagem, pois esta pode ser alterada tanto por atividades humanas quanto por ações naturais (CLAVAL, 2007). Esta postura demonstra uma posição contrária ao positivismo tradicional, que não se preocupava com o estudo das causas dos fenômenos naturais e/ou sociais.

De acordo com Corrêa (2005), a percepção geográfica cultural pautada sob o conceito de paisagem, foi estudada nos Estados Unidos pela Escola de Berkeley, tendo Carl Sauer como seu principal defensor. Através da obra “*The Morphology of Landscape*” publicada em 1925, Sauer reuniu considerações baseadas na intensa valorização do passado e de comunidades tradicionais. Para Corrêa e Rosendahl (2007, p. 11), a Escola de Berkeley foi bastante refutada tanto por geógrafos adeptos de outras correntes ao criticar o “pouco interesse em uma visão pragmática e a ênfase no estudo de sociedades tradicionais”, quanto aos próprios pesquisadores *sauerianos* que reconheciam à intensa “dimensão material da cultura e, mais importante, no próprio conceito de cultura adotado”.

Assim, tem-se uma importante reflexão para a construção de uma nova linha de estudo que proporcionou idéias presentes até a atualidade sobre símbolos, significados, interpretação do patrimônio edificado e/ou imaterial da paisagem, que são remodeladas de acordo com as necessidades a qual cada grupo atribui a seu local de convívio. Concorda-se também com Stigliano (2009, p. 35) sob o pressuposto de que “se as paisagens não são realidades objetivas, seu papel na vida dos grupos humanos é mais complexo do que geralmente se pensa. Elas desempenham o papel de suporte de mensagens e de símbolos”.

Na França, os pesquisadores teóricos como Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Pierre Deffontaines, influenciados pelos estudos alemães, tinham uma visão naturalista da paisagem nos primeiros anos de debate. Contudo o trabalho em campo os direcionou cada vez mais a considerar os gêneros de vida, ao observarem que os povos adquirem diferentes formas de utilizar a paisagem de acordo com os recursos que dispunham como o emprego de animais para a realização de trabalhos (CLAVAL, 1978).

Esta análise sobre os resultados que o campo ofereceu, paulatinamente alterou a visão dos pesquisadores para um âmbito mais próximo da concepção humana na paisagem. A cultura foi considerada por La Blache (1954) como o hábito de convívio com o meio, tendo as pessoas como principais agentes nesta aquisição. Esta mudança representou uma ruptura das concepções iniciais sobre o tema na Geografia, pois ao incorporar as relações de uso do espaço visando adaptá-lo para melhor aproveitá-lo, percebe-se uma aproximação do conceito assimilado nos dias atuais.

Com as considerações propostas pela *École Française de Géographie* orientadas principalmente por La Blache, a Geografia Cultural passou a incorporar finalmente as relações sociais formadas pelas comunidades, assimilando que as dinâmicas específicas de cada espaço são transmitidas como uma forma de herança cultural de hábitos. Esta visão remete às obras de Jean Baptiste Lamarck, diferenciando-se, portanto, dos estudos propostos pela vertente alemã contextualizada pela ênfase darwinista (SCHIER, 2003).

Contudo, ainda que sua gênese remeta-se ao início do século XIX, somente na década de 1970 com a solidificação da Geografia como ciência e a definição seu objeto de estudo (GOMES, 2009), é que a Geografia Cultural desponta com relevância para a interpretação da paisagem. Neste período, a Geografia francesa se reestrutura e passa a direcionar suas pesquisas para o “espaço vivido”, com importantes colaborações de Armand Frémont, Antoine Bailly e Augustin Berque, considerados expoentes nesta “nova geografia”. Acerca de elucidção deste termo, Claval (2001, 42) argumenta:

Trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles firmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças.

Desta forma, o estudo sobre a paisagem pode abranger um amplo leque de possibilidades de pesquisa, seja através de sua compreensão ambiental; suas especificidades; relações de uso e ocupação das áreas; análise de dinâmicas culturais, sendo por conseqüência,

um elaborado e complexo produto característico de uma comunidade examinada, transformada em cultura pela transmissão de conhecimentos ao longo dos anos.

Na tentativa de definir o conceito de paisagem, pesquisadores dedicados a esta área da Geografia como Cosgrove (1998), Certeau (2007), Furlan (2003) e Holzer (1999) apontam características comuns, onde relacionam: a relação de poder que grupos majoritários exercem em determinadas situações, análises conjuntas entre aspectos físicos, simbólicos e tradicionais, e também, as representações de mitos e lembranças históricas. Uma definição que esboça e reafirma esta posição pode ser exemplificada através do conceito utilizado pela *United Nations, Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), onde a paisagem cultural é relevante, pois:

Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas ou externas.

Devem ser escolhidas com base no seu Valor Universal Excepcional e na sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida e da sua capacidade de ilustrar os elementos essenciais e distintivos de tais regiões.

A expressão «paisagem cultural» abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural (UNESCO, 2011, p. 70).

Exprime-se através desta definição da UNESCO a questão central que envolve a paisagem cultural, sendo esta, construída por um grupo de pessoas ou uma comunidade, que, adaptando a paisagem natural às suas necessidades, sejam estas de: moradia, agricultura, espaços de lazer ou áreas de criação, transformam-na em paisagem cultural.

Esta questão é reforçada em Claval (2007, p. 313), quando:

É através da paisagem que os geógrafos tem, geralmente, abordado os problemas culturais: eles eram sensíveis à diversidade dos parcelamentos e das formas construídas, aos sistemas agrários, às arquiteturas e, em outros domínios, aos artefatos e aos costumes. A idéia se expandiu, então, algumas vezes, foi a de que as formas visíveis revelam tudo sobre a cultura dos grupos: isto é inexato (...), o que não priva as paisagens de interesse e de pertinência.

Uma visão mais aprofundada sobre a esfera cognitiva que a paisagem pode implicar é observado em Meinig (2002), quando o autor analisa que outros elementos, além daqueles que são observados pelo olhar do pesquisador. Para este, existe uma capacidade maior de imaginação e sensibilidade disposto na paisagem, capaz de ser ressaltado através daquilo que se está escondido em nossas mentes.

Portanto, percebe-se que para a compreensão deste conceito, faz-se necessário o entendimento sobre identidade e memória, elementos fundamentais para o estudo da cultura.

CULTURA – DICOTOMIA ENTRE A IDENTIDADE E A MEMÓRIA

Ao realizar considerações sobre cultura, percebe-se que esta está intimamente associada à identidade e memória das pessoas, formando assim, conjuntos característicos e com elos de ligação que facilitam uma orientação para a comunidade / sociedade. Hall (1999) explica esta função através de uma bússola simbólica, que fornece aos indivíduos uma orientação para sentirem-se pertencentes a um determinado grupo e para retornarem às suas origens quando necessitarem afirmar suas identidades.

De acordo com Schama (1996), observa-se que a identidade é formada a partir de memórias, sejam individualizadas, coletivas ou sociais, onde a herança histórica é responsável

pela formatação desta, em constante manutenção conforme novas técnicas, necessidades e conhecimento são adquiridos pelas pessoas.

A memória pode ser perpetuada através da transmissão oral de contos, histórias, manifestações, ritos, bem como documentada e edificada, caracterizando-a assim, como uma forma de patrimônio cultural. Não cabe neste ensaio discutir sobre as relações de poder que influenciam na decisão do que preservar como utilizar o patrimônio e qual custo este processo onera à administração pública. Contudo, ressalta-se que o tombamento de imóveis isolados ou conjuntos históricos representam uma escolha que, na maioria dos casos, remete-se à classe dominante, caracterizando assim, em imposições arbitrárias da sociedade (MONASTIRSKY, 2009).

Contribuindo com esta perspectiva, sabe-se que memória faz parte de uma categoria biológica e psicológica que refere à possibilidade e à capacidade de armazenar e conservar informações (HALBWACHS, 1990). Portanto, elemento fundamental para a construção de identidade local, imprimindo desta maneira, características únicas à paisagem em que se está observando.

Considerando a pesquisa de Stigliano (2009), observa-se a memória como componente essencial para a formação da identidade dos indivíduos, que, uma vez organizada, tem a capacidade de interligar informações de diferentes elementos relacionados à cultura, à paisagem e à natureza, imprimindo assim uma referência local nas pessoas. Indo além, de acordo com Meihy (2006), a memória e a identidade constituem a base fundamental para estudos que envolvem a prática da história oral, sendo, entretanto, recursos interdisciplinares que não podem ser representadas como elementos isolados para a compreensão do lugar em análise.

Para Meihy (apud STIGLIANO, 2009, p. 53), as “memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais”. Halbwachs (1990, p. 133) relaciona esta questão com a paisagem cultural, quando descreve:

Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras (...). Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável.

Desta forma, partir dos anos 1970, alguns autores se destacam no estudo dos lugares, sem que este termo esteja referindo-se unicamente à localização espacial. Para Buttimer (1976), Tuan (1983) e Relph (1976, 1981, 1993), considerados geógrafos humanos, a grande problemática de investigação consistia em entender as relações formadas com os lugares, através da continuidade de tradições recebidas pelos antepassados. A este processo, é considerado o conceito de identidade “do” e “com” o lugar.

Neste sentido pode-se conceituar identidade como o conjunto de vinculações que permite que uma pessoa se localize e seja localizada em um sistema social, com possibilidades que envolvem desde uma classe sexual, faixa etária, hierarquia social, entre outros (CUCHE, 1999). Hall (1999) aponta para um possível declínio da identidade na pós-modernidade, afirmando que aquela identidade estável e referencial é um mito, mesmo no passado enquanto que a influência da globalização não era considerada tão forte como nos dias atuais, sendo inocência acreditar em uma cultura singular, com identidades unificadas.

Desmistificando a concepção da imutável da identidade, observa-se, entretanto, que a globalização também não produziu os efeitos que os mais pessimistas previam. Se por um

lado a modernidade e a informática produziram sujeitos semelhantes na vida cotidiana, assistindo aos mesmos filmes, ouvindo as mesmas músicas e lendo o mesmo conteúdo literário, os efeitos deste processo não atingiram e dificilmente alcançará todos os indivíduos do globo (HALL, 1999).

Portanto, sabendo que não existe uma homogeneização universal da identidade, nem uma solidificação em torno de valores e de símbolos exclusivos, concorda-se com Cuhe na concepção da flexibilidade identitária. Nela, a identidade não é “absoluta, mas relativa” (p. 196, 1999), podendo o indivíduo ter um leque de escolhas sobre qual perfil irá assumir em determinada circunstância, sendo construída e desconstruída em movimentos infinitos, onde o predomínio de uma forma de comportamento e reconhecimento de si é relativa ao momento vivenciado.

Assim, apoia-se em Tuan (1983) e demais geógrafos humanistas que consideram o espaço vivido na perspectiva do consciente e inconsciente, objetivo e subjetivo, sendo este elaborado de causas e efeitos interpretado através da identidade individual e coletiva dos grupos. Cabe desta maneira, respeitar os traços de identidade e utilizá-los como oportunidades de construção do conhecimento para que este auxilie e produza inteligibilidade às pesquisas e à interpretação da paisagem cultural, por isto, de interesse turístico.

CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA – A QUESTÃO DO TURISMO

As considerações sobre o papel da cultura, da memória e da identidade em relação à atividade turística, relevantes construções simbólicas são descritas por Murta e Albano (2005); Funari e Pinsky (2001) e, Pires (2001), onde se observa como características comuns a estes pesquisadores, a reflexão sobre a singularidade de destinos culturais, suas fragilidades, alto grau de vulnerabilidade enquanto impacto negativo da atividade e seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Ainda que a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2013) preconize o turismo cultural em escala global como agente multiplicador de ocupação e renda, os trabalhos no Brasil são referenciados somente a partir da década de 1930 com a instauração de políticas públicas que passaram a proteger o patrimônio cultural do país (RODRIGUES, 2001).

O resultado direto desta preocupação tardia com o turismo cultural se reflete ainda nos dias atuais com um desconhecimento por parte da população sobre como agir em sítios históricos, museus ou paisagens com elementos culturais. Sobre isso, Pires (2001, p. 37) esclarece:

Durante muito tempo, prevaleceu no Brasil a idéia de que uma visita a um prestigioso museu, a uma pinacoteca ou a um solar mobiliado do século XIX deveria, necessariamente, ser revestida de certa gravidade. É como se, ao entrar no edifício detentor das veneráveis *reliquias*, todos, absolutamente todos, devessem percorrer os longuíssimos corredores e intrincados labirinto de salas em quase absoluto silêncio, quebrado apenas por leves sussurros de algumas explicações dos mestres que acompanhavam a visita.

Destaca-se através desta breve declaração de Pires as atitudes de muitos turistas formados inconscientemente neste universo de que está há todo momento sendo um intruso no ambiente que está conhecendo. Para evitar este constrangimento e oferecer uma experiência prazerosa aos visitantes, Tilden (1977) elenca a atividade da interpretação como recurso para esta nova percepção dos atrativos culturais.

Nesta vertente interpretativa, Goodey (2005, p. 94) reflete que catalisar a percepção local, “principalmente o olhar dos habitantes e dos visitantes para os detalhes de um lugar, amplia a atenção, movendo-a de um ‘objeto de arte’, de um patrimônio especial, para uma

perspectiva mais geral no tocante à preservação”. A esta visão, Murta e Goodey (2005, p. 13) acrescentam:

A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística.

Pode-se ainda, acrescentar outra função valorativa do turismo ao dialogar com Funari e Pinsky (2001), onde os autores defendem a posição de cidadania que os pesquisadores da atividade devem se preocupar, fazendo que as viagens não sejam utilizadas somente para que diferentes realidades sejam conhecidas, mas que a diversidade cultural e identitária presentes no globo possam servir como elemento de reflexão, modificando desta forma, as atitudes e o comportamento do visitante ao final de um passeio.

Sem acreditar na concepção teórica de que o público do turismo cultural deverá consumir todo o bojo de oportunidades presentes no nicho de atrativos deste caráter, Pires (2001) atenta para o crescimento dos visitantes que deslocam-se para áreas que oferecem a satisfação deste interesse com objetivos bastante específicos, como é o caso da gastronomia típica. Pode este turista não ter interesse em descobrir todo o contexto em que está inserida aquela alimentação, mas representa em contrapartida, um dos elementos estruturantes do segmento, onde seus impactos serão sentidos e multiplicados por toda a cadeia.

Entende-se ainda que não se deve seguir as matrizes e concepções teóricas como discursos fechados, de núcleo duro. A realidade é muito mais complexa do que se conhece e a ciência representa apenas um ângulo do prisma. Contudo, opta-se nesta reflexão a análise da construção da vertente acadêmica, que irá balizar o pensamento crítico e o fio condutor deste estudo, conforme será abordado no próximo tópico.

O POSICIONAMENTO CIENTÍFICO

As considerações trazidas até aqui levam a uma interpretação do conceito de paisagem à luz da Geografia, de acordo com suas nuances esclarecidas temporalmente enquanto conhecimento científico. Contudo, para sua eficaz análise e utilização do termo, visando dar inteligibilidade ao fenômeno que será observado, percebe-se que a concepção dos conceitos se solidifica ao incorporar a estes, a razão científica vinculadas ao estudo.

Tendo esta pesquisa caráter qualitativa, onde busca-se compreender o contexto técnico sobre a paisagem cultural sobre a atividade turística, percebe-se através de Feyerabend (1977), Demo (1995), Gil (1987) e Morin (2005), importantes reflexões sobre a maneira de pensar a problemática, seus métodos de coleta e análises de dados, visando caracterizar este estudo dentro da esfera da cientificidade.

Partindo do pressuposto de que uma pesquisa qualitativa baseia-se na concepção sobre o que os sujeitos pesquisados pensam e agem, suas razões de utilização da paisagem, sentimentos e razão vinculados ao recorte em que estão inseridos, esclarece-se que as informações coletadas devem ser entendidas e respeitadas como uma visão parcial da realidade, sendo esta, uma realidade relativa.

Neste contexto incluem-se as idéias de Feyerabend (1977), onde o teórico discute o papel delimitador do cientista, incapaz segundo o autor, de desenvolver uma pesquisa completamente alheia aos seus valores e credos, pois para este, não existem fatos nus, mas estes são vistos por determinados ângulos, imperativamente escolhidos pelas lentes que o pesquisador decide enxergar o fenômeno. Percebe-se assim, o caráter não imparcial da ciência, contrariando Morin (2005) ao defender:

O cientista não é um homem superior, ou desinteressado em relação aos seus concidadãos; tem a mesma pequenez e a mesma propensão para o erro. O jogo a que se dedica, entretanto, o jogo científico da verdade e do erro, esse, sim, é superior num universo ideológico, religioso, político, onde esse jogo é bloqueado ou falseado (MORIN, 2005, p. 25)

Desta forma, o estudo científico não deve ter a pretensão ou a inocência, de esperar alcançar a verdade em seu estado puro ou absoluto, mas ter a consciência de que todo o conhecimento gerado é também uma forma de discurso de afirmação, pertencimento, intencionalidade, ideologia e autoridade dos intelectuais (MORIN, 2005).

Por sua vez, os sujeitos observados também não estariam alheios às características previamente citadas, contudo seu papel no processo é diferenciado por estes representarem uma rara forma tangível da paisagem cultural, tendo os resultados das investigações neste grupo, indicadores fundamentais para a implantação de políticas públicas e análise das formas de uso público destes espaços.

Assim, tem-se como proposta a edificação de uma postura teórica focada no interacionismo simbólico, discorrida através de Flick (2004) como uma metodologia em que o ponto de vista do sujeito é colocado em primeiro plano, sendo consideradas e expressas as particularidades temporais e locais remetidas pelas pessoas. Neste contexto, a partir de um primeiro contato, o conhecimento empírico e os significados pela comunidade atribuídos à paisagem poderão ser lidos e interpretados pelo pesquisador.

Percebe-se com este processo metodológico, outra preocupação de Feyerabend (1977, p. 288), que atenta para o desenvolvimento de idéias novas, conforme explica:

Quando uma teoria nova ou nova idéia entra em cena, geralmente se apresenta algo desarticulada, contém contradições, não é clara a relação em que se coloca para com os fatos, e são abundantes as ambigüidades. A teoria está repleta de imperfeições. Pode, não obstante, ser trabalhada e aperfeiçoar-se.

É possível entender a questão colocada pelo autor por discorrer sobre teorias e preposições que não estejam exatamente no mesmo sentido das correntes científicas, também discutidas por Elias e Scotson (2000) na obra “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, onde a obra visa incentivar o estudo além da zona de conforto pré-determinada pela academia, posição esta, também defendida por Demo (1995).

Partindo da premissa do sociólogo Orlando Fals Borda (1978), é reconhecível neste ensaio um profundo olhar para as novas formas de se pensar a ciência social, não mais vista como um objeto de análise sob o ponto de vista de uma única área de estudo, mas como um fenômeno que deve ser embasado pelas produções de diversas especificidades, que juntas, colaboram para reconhecer e dar inteligibilidade a determinada investigação.

Assim espera-se que a Geografia, mesmo enquanto discurso dominante na investigação deva dialogar com a Antropologia, o Turismo, a Psicologia, a Sociologia, a Economia, etc., pois, ao apoiar-se no papel exercido pelas ciências exploradas em Demo (1985) entende-se que não há um argumento válido somente para um campo, seja este oriundo das ciências exatas, naturais, humanas ou sociais, mas sim um espaço próprio da construção científica.

Ao verificar as preposições geradas por Demo (1995, p. 80) é possível determinar sua grande preocupação com o poder de influência que a ideologia exerce sobre a ciência, quando resume:

Se apelarmos de novo para o conceito de interesse, a ideologia se aproxima da postura de alguém que dá primazia no processo de conhecimento apenas ao que interessa. Ideologia é posição a serviço de algum interesse, pessoal e social, eminentemente justificadora. Como sobra inevitável do poder, tem a seu cargo vendê-lo bem, torná-lo palatável, e, no fim, fazê-lo inatacável e permanente. Contém, assim, tom moralizante, persuasivo, distorce fatos em demasia e sugere sempre um dever ser.

Assim, pode-se afirmar que o conhecimento científico não está muito distante do conhecimento empírico ou até mesmo do religioso, sendo as declarações e teorias preconizadas pela academia apenas mais uma forma de enxergar os fatos, de acordo com a forma pela qual o cientista irá interpretar o fenômeno observado.

Ampliando o debate sobre ciência, Morin (2005) traça um retrospecto desde as concepções iniciais com o grupo de pesquisadores pertencentes ao Círculo de Viena, onde a filosofia era determinada por tudo aquilo que fosse observável e calculável, sendo muito semelhante com as análises das ciências exatas na atualidade. Como não é possível a importação de modelos que dão inteligibilidade em um dado contexto para outro com particularidades específicas, este fundamento acaba em desuso por sua limitação.

Neste sentido Morin (2005, p. 38) ainda destaca o estudo de Karl Popper, que mesmo influenciado pelo positivismo de Viena, acrescentou a idéia de “falibilismo”, fazendo desta forma uma contraposição à “verificabilidade”, característica de Popper que contestava a forma de enxergar o real sob a ilusão desta ser verdadeira, pois para este, a certeza remete-se unicamente à dedução dos fatos.

A posição de Morin (2005) em relação à ciência é animadora no que diz respeito aos trabalhos que envolvem diferentes esferas de investigação. Para o autor, as principais características da ciência são suas facetas multidimensionais, não possuindo um caráter final. Reconhecendo que existe um jogo na ciência, Morin (2005, p. 24) acrescenta a função estruturalista de que “a ciência não é somente a acumulação de verdades verdadeiras”. E continua, explicando que as regras desse jogo exigem o respeito aos dados e à obediência aos critérios de coerência.

Ao analisar esta declaração de Morin (2005), experimenta-se uma perspectiva investigativa da ciência enquanto uma atividade cognitiva, não significando, portanto, que esta representa a realidade, mas refere-se a um reflexo desta, baseadas em métodos investigativos próprios e com a leitura deste resultado somado à carga ideológica do pesquisador, sendo em suma, passível de falhas e de caráter transitória.

Por respeitar nesta experiência cognitiva que Morin (2005) preconiza em seus trabalhos, encontra-se em Menig (2002) uma descrição sobre a paisagem bastante próxima desta linha de raciocínio. Devido à sensibilização que o autor tem sobre a capacidade de determinadas paisagens conseguirem estimular sentimentos e emoções não padronizadas, valendo-se do olhar do espectador, para que este implique sua personalidade e seja levado a interpretar o que está observando de maneira singular.

Destaca-se neste sentido que não se trata de despertar ao visitante, no caso do turismo, apenas a história local ou os elementos racionais da construção daquela paisagem. Cabe, portanto, transcender estes fatores e proporcionar um transbordamento do lugar visualizado, oferecendo experiências que permanecerão na memória muito além do momento da visita.

Complementando, percebe-se através de Gil (1987, p. 27) este mesmo sentido aberto e não arbitrário da ciência, ao ler:

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido, não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.

Para realizar tal afirmação, o autor esclarece que a característica singular da ciência só se faz possível devido ao respeito às técnicas de pesquisa, sendo este, o caminho para se alcançar um determinado objetivo ou resultado. Complementa ainda seu pensamento defendendo uma aproximação do pesquisador com o objeto de estudo, quando escreve:

Todo o conhecimento do mundo é afetado pelas predisposições dos observadores. Quanto mais as observações se afastam da realidade física, maiores as possibilidades de distorção. Quando um biólogo

lida com bactérias, por exemplo, há poucas possibilidades de distorção, porque seus pontos de vista e inclinações pessoais dificilmente interferirão no estudo. Mas quando os cientistas tratam de temas como personalidade, criatividade, autoritarismo ou classe social, as possibilidades de distorção aumentam consideravelmente (GIL, 1987, p. 47).

Esta concepção vai de encontro a grupos de pesquisadores que defendem uma contraposição do sujeito em relação ao objeto de estudo, principalmente no que tange aos estudos de cultura e gênero. Assim, Gil realimenta a forma em que geógrafos como Carl Sauer e James Parsons (apud TUAN, 1983) trabalhavam em seus casos, onde estes permaneciam por diversos anos imersos em seus campos, para reduzir ao máximo as barreiras internas da comunidade, acreditando que por “pertencerem” como membros daquele lugar, poderiam enxergar os fenômenos de uma forma mais próxima da sua efetiva representatividade para o grupo.

É visível ainda nesta concepção, uma forma de perceber o pensamento de Claval (2007) sobre a paisagem cultural, interligando diversos fenômenos para a construção da cultura e dos traços de identidade em comunidades ou grupos de pessoas.

Pode-se resumir em Gil (1987) a grande atenção dada aos métodos, sendo este o principal motivo de seus estudos, assim como em Marconi e Lakatos (2003). Contudo, por não acreditar que o método seja suficiente para responder de forma autônoma e completa o estudo idealizado, defende-se neste trabalho, o diálogo entre as diferentes matrizes científicas, ora abordando o conhecimento enquanto prática discursiva, ora validando-o como caminhos metodológicos a serem perseguidos para alcançar os objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se através dos autores pesquisados uma estabilidade no conceito de paisagem no decorrer das décadas. Geógrafos das escolas alemã, francesa e americana alteram características pontuais no estudo, hoje vistas como estruturais, que foi a complementação da interpretação da paisagem através de aspectos culturais implantadas pela ação humana.

O reconhecimento da identidade formada pelos grupos faz-se, portanto, fundamental para a leitura da paisagem cultural, além de fornecer subsídios para a interpretação da mesma. As técnicas de observação, entrevistas e o respeito pelos valores intrínsecos às comunidades devem formar a tríade para pesquisadores interessados neste tema.

Acredita-se que o reconhecimento das singularidades locais pode servir também como um estímulo à preservação das tradições e dos valores historicamente ali formados. Como catalisador deste ciclo, a atividade turística representa uma alternativa economicamente rentável e sustentavelmente comprometida, podendo, contribuir à comunidade (BARRETO, 2000).

Desta forma, a proposta de implantação de projetos, programas e de políticas públicas, deverá contar com a participação da comunidade residente nos limites e no entorno de áreas com atrativos de cunho cultural. Somente assim, a proteção e os benefícios idealizados com o uso da paisagem cultural tornar-se-á válida, seguindo os propósitos da sustentabilidade. Os mecanismos de promoção da atividade turística junto à comunidade poderão ser utilizados nos mais diferentes aspectos, como o uso da paisagem para a prática de contemplação da natureza, a interpretação patrimonial e a educação ambiental.

Assim, a busca por impactos positivos as comunidades locais deverá nortear o desenvolvimento do planejamento turístico, procurando encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Portanto, concorda-se com a sentença proposta por Tilden: “*through interpretation, understanding; through understanding, appreciation; through appreciation, protection*¹” (p. 38, 1977), pois nestas poucas palavras, é possível entender e interpretar toda a complexidade e relevância da compreensão da paisagem cultural.

Em relação aos nuances da ciência, verifica-se a necessidade de conhecimento e discussão desta, para a melhor compreensão de métodos, teorias e sua justificativa enquanto vertente para a compreensão do universo de escolhas e possibilidades que indicam os caminhos para a elucidação, ao menos parcial, da verdade.

Percebe-se, no entanto, uma certa acomodação dos cientistas teóricos ao desenvolver formas de pensar que trazem uma gama de revoluções na pensamento científico nos últimos anos, o que pode ser sintetizado pela quantidade de publicações sobre este tema. Para os novos pesquisadores, as metodologias que representam o método científico, por vezes não são compreendidas como ferramentas que devem servir para facilitar o trabalho, sendo em alguns casos, negligenciadas ou mal utilizadas.

A contextualização temporal então justifica-se por representar a solidez de um trabalho com lastro científico e o entendimento da necessidade em prosseguir com investigações capazes de permanecerem enquanto recortes da realidade, sem pretender esgotar possibilidades ou se auto-proclamar como detentora absoluta do conhecimento.

Respeita-se desta forma, o etnoconhecimento como uma forma de descoberta, interpretação e diálogo com as ciências, sobretudo para o entendimento da concepção e do uso da paisagem, como é o caso de comunidades, sendo estas tradicionais ou não.

Por fim, espera-se com este ensaio a elucidação do conceito de paisagem, enquanto um elemento a ser lido e interpretado sob diferentes formas, como reflexo de: cultura, tradições, saberes, sentimentos, ideologias, relações de poder, memórias e identidades para o aproveitamento do local de maneira ambientalmente sustentável e economicamente ativa.

Acredita-se para isso, que opiniões contrárias ou relutantes enquanto o uso deste patrimônio devam ser respeitadas e registradas, pois, sem o entendimento por parte da comunidade local que o turismo poderá beneficiá-los e agregar valor aos seus costumes e seus traços culturais, a atividade não cumprirá com seu preceito fundamental de sustentabilidade.

¹ Através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação; através da apreciação, a proteção. Tradução livre do autor.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.
- BORDA, O. F. Por La Práxis – El problema de como investigar la realidad para transformala. **Federación para el Análisis de la realidad Colombiana (FUNDABCO)**. Bogotá, Colombia, 1978. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>>. Acesso em: 14/07/2012.
- BUTTNER, A., 1976. Grasping the Dynamism of Lifeworld, **Annals of the Association of American Geographers**, 66: 277-92. Disponível em: <http://www.unibg.it/dati/corsi/44021/41859-1976buttner_dynamismoflifeworldnc.pdf>. Acesso em 20/06/2012.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- CESNIK, F. S; BELTRAME, P. A. **Globalização da cultura**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFSC, 2007.
- CLAVAL, P. **A nova geografia**. Coimbra: Editora Almedina, 1978.
- CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1985.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª Edição rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.
- ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Trad. de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FUNARI, P. P; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GOMES, E. T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

- GOMES, P. C. C. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F; SAHR, C. L. L; SILVA, M. (Org.). **Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009.
- GOODEY, B. Olhar múltiplo na interpretação de lugares. In: MURTA, S. M; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter, São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Guacira Lopes, Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- HOLZER, W. Paisagem, imaginário e identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- LA BLACHE, V. **Princípios de geografia humana**. Trad. Fernandes Martins. 2ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Paes, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**. São Paulo, s/v, n. 155, p. 191-203, dez. 2006.
- MEINIG, D. W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, v.1, n.13, p. 35-46, jan./jun. 2002.
- MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Revista Terr@ Plural**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, jul./dez. 2009.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MURTA, S. M; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MURTA, S. M; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. Barueri: Editora Manole, 2001.
- QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M. L. O; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª Edição rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito da paisagem na geografia. In: **RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise**. Curitiba, v. 7, p. 79-85, 2003.
- SEAMON, D; SOWERS, J. Place and placelessness, Edward Relph. In: HUBBARD, P; KITCHEN, R; VALLENTINE, G. (Org.). **Key Texts in Human Geography**. London: Sage, 2008. Disponível em:

<http://www.arch.ksu.edu/seamon/place_&_placelessness_classic_texts.pdf>. Acesso em: 09/06/2012.

STIGLIANO, B. V. **Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, S.P.** 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage.** [S.I.] University of North Carolina Press, Third Edition, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. The World Heritage Committee. **Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial,** UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf>>. Acesso em 13/07/2012.

UNWTO. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/>>. Acesso em: 05/07/2012.